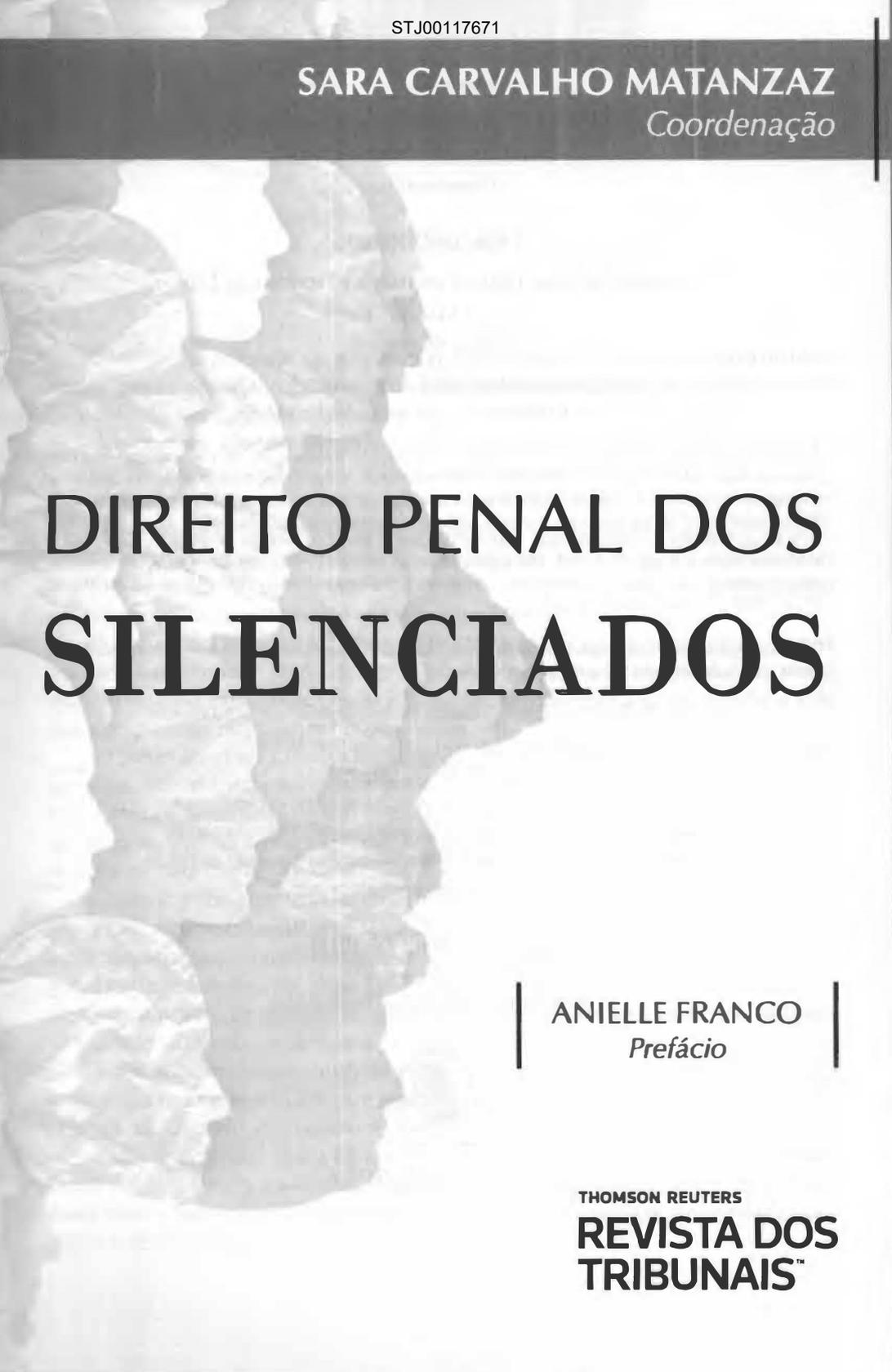


SARA CARVALHO MATANZAZ

Coordenação



DIREITO PENAL DOS SILENCIADOS

ANIELLE FRANCO

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Anrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

1233517

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito Penal dos Silenciados / Sara Carvalho Matanzaz, coordenação.
-- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0315-2

1. Direito penal.

23-143702

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
----------------	---

INTRODUÇÃO

1. QUEM SÃO ESTES SILENCIADOS E QUAL A RELAÇÃO DELES COM O DIREITO PENAL?	17
SARA CARVALHO MATANZAZ	
Introdução	17
1. Direito penal dos silenciados	18
2. Conceito de minorias	19
3. Atuação do Direito Penal no combate à violência contra os silenciados ...	22
4. Revitimização	23
Conclusão	25
Referências bibliográficas	25
2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E GRANDES MÍDIAS	27
JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO JÚNIOR	
Introdução	27
1. Minorias (visíveis e invisíveis).....	29
2. A liberdade de pensamento, de expressão e o direito à informação	31
3. Regulação da mídia	35
4. A liberdade de pensamento e expressão, o direito à informação e a busca pela verdade.....	38
5. O acesso das minorias aos meios de comunicação	39
Conclusões	40
Referências bibliográficas	41

3.	A BIOPOLÍTICA, O BIOPODER E A NECROPOLÍTICA CRIMINAL: GOVERNO, SUBMISSÃO, DESGOVERNO E ANIQUILAÇÃO DO SER HUMANO EM NOME DE UM TOTALITARISMO FINANCEIRO	43
	RODRIGO MURAD DO PRADO	
1.	O início de uma tragédia anunciada: o racismo brasileiro, a submissão e as mortes por gotejamento	43
2.	Michel Foucault: o Biopoder e a Biopolítica	46
2.1.	Pensando para além dos corpos em rumo à espécie	48
2.2.	Biopolítica e biopoder: uma diferenciação	50
2.3.	A denominada Governamentalidade – O ser humano e suas potencialidades ditadas pelo Estado	51
2.3.1.	A governamentalidade liberal e neoliberal	55
2.4.	O advento de uma biopolítica criminal	57
2.5.	Três estratégias de poder e genealogia das práticas punitivas.....	58
	a) Soberania	58
	b) Disciplina	59
	c) Biopolítica	60
2.6.	Biopolítica e necropolítica – Os conceitos fundamentais de Achille Mbembe	62
2.7.	Necropolítica criminal: o sistema punitivo como máquina mortificante de corpos rejeitados – indesejáveis – uma carnificina	65
	Conclusão	68
	Referências bibliográficas	69
4.	O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE COMO ATENUANTE GENÉRICA	79
	CHRISTINY PEREIRA DE SOUZA DESCHAMPS	
	Introdução	79
1.	A mudança de paradigmas – do etiológico à reação social	81
2.	Teoria do delito	81
2.1.	Princípio da secularização	82
2.2.	Os princípios da personalidade e da individualização da pena	84
3.	A culpabilidade como elemento central da Teoria do delito	85
4.	Culpabilidade: conceitos	86
5.	A coculpabilidade como atenuante genérica	87
	Conclusão	90
	Referências bibliográficas	90

5. ACESSO DAS MINORIAS À JUSTIÇA CRIMINAL	93
SARA CARVALHO MATANZAZ	
Introdução	93
1. O Direito Penal e o acesso à Justiça	94
2. Obstáculos e propostas de solução.....	94
Conclusão	96
Referências bibliográficas	96

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

6. JULGAR COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO PARA AMPLIAR AS VOZES DAS MULHERES.....	101
ALICE BIANCHINI	
Introdução	101
1. Protagonismo da magistratura trazido pela IMP nas causas que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.....	103
2. O poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: relatos de um triste cenário nacional.....	106
3. A neutralidade, quando estamos diante de um quadro de injustiça, de discriminação e de preconceitos, representa sua horrenda manutenção.....	109
Considerações finais	114
Referências bibliográficas	115
7. O DISCURSO ANDROCÊNTRICO E AS PERSEGUIÇÕES ÀS MULHERES: QUANDO O PRESENTE ENCONTRA O PASSADO.....	117
GABRIELA ANTONIA MÊDES LEVENHAGEN PEREIRA	
1. Considerações iniciais	117
2. Denúncia ao discurso androcêntrico: a criminologia feminista	118
3. Origens: as perseguições às mulheres no passado	121
4. Repercussões: as perseguições às mulheres no presente	128
Considerações finais	133
Referências bibliográficas	134
8. OBJETO JURÍDICO PROTEGIDO PELO ARTIGO 24-A DA LEI Nº 11.340/06 E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	137
DERICK MOURA JORGE e JANIO KONNO JUNIOR	
Introdução	137
1. A figura feminina na vitimologia	139

2.	Lei nº 11.340/06 e suas principais inovações no ordenamento jurídico pátrio.....	146
3.	Análise acerca do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência e discussão acerca do seu objeto jurídico.....	152
	Conclusão.....	157
	Referências bibliográficas	159

CRIMES DE PRECONCEITO

9.	NOTAS SOBRE O CRIME CONTRA O CASAMENTO OU CONTRA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E SOCIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTER-RACIAIS	165
	CARLOS AUGUSTO CANÉDO GONÇALVES DA SILVA e HUMBERTO LEANDRO DE MELO e SOUSA	
	Considerações iniciais: “você pode estar errada sobre eles”	165
1.	O crime contra o casamento ou contra a convivência familiar e social como expressão do racismo estrutural e simbólico.....	170
2.	Notas sobre o tipo penal do art. 14 da Lei nº 7.716/89 (Lei Antirracismo) ...	176
	Considerações finais	183
	Referências bibliográficas	184
10.	APARÊNCIA E VIOLÊNCIA: A EXPRESSÃO DE GÊNERO E AS VIOLAÇÕES ENFRENTADAS POR TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	187
	CAIO BENEVIDES PEDRA	
	Introdução	187
1.	A expressão de gênero	188
2.	A situação de pessoas LGBTs nas prisões brasileiras.....	192
3.	O reconhecimento jurídico dos corpos trans	194
	Considerações finais	203
	Referências.....	203
11.	O RACISMO INSTITUCIONAL E A DISPARIDADE DE CONDENAÇÕES POR TRÁFICO DE DROGAS.....	207
	JOÃO LUCAS FIGUEIREDO DE LIMA e ROMULO DE AGUIAR ARAÚJO	
	Introdução	207
1.	Racismo.....	209
1.1.	Racismo propriamente dito	210
2.	Falhas estruturais e a seletividade normativa.....	213
2.1.	Análise histórica da criminalização das drogas.....	215

3.	Traficantes e usuários	218
3.1.	Critério de diferenciação	220
3.2.	Efeitos práticos.....	223
	Considerações finais	227
	Referências bibliográficas	228
12.	A OBJEÇÃO À TRANSFUSÃO SANGUÍNEA POR PARTE DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. UMA ANÁLISE CRÍTICA FRENTE AO DIREITO VIGENTE.....	231
	JOSÉ ARTHUR DI SPIRITO KALIL	
1.	Crença das Testemunhas de Jeová e o atendimento médico	231
2.	Disciplina jurídico-penal do atendimento médico diante do iminente perigo à vida	234
3.	O consentimento do paciente e o direito penal	239
4.	Sobre vontade do paciente, dignidade da pessoa humana e indisponibilidade de direitos	241
5.	Princípio da proporcionalidade e a análise da excludente do § 3º, I, do art. 146 do Código Penal.....	245
	Referências Bibliográficas	247

SELETIVIDADE PENAL

13.	A INVISIBILIDADE DAS PENAS ALTERNATIVAS NO CAPITALISMO BRASILEIRO: A QUEM INTERESSA?.....	253
	ELVIRA BARRETO, SAMIRA SAFADI BASTOS e GRAÇA CRISPINA GOMES DOS SANTOS	
	Introdução	253
1.	A pobreza que ameaça a “harmonia” da ordem capitalista: o cárcere como solução	254
2.	Formação social brasileira e ditadura sobre os pobres.....	257
3.	Breve panorama do encarceramento brasileiro e seus demarcadores de raça, classe social e gênero	260
4.	Alternativas penais: que lugar poderiam ocupar na justiça criminal?	264
	Considerações finais	267
	Referências bibliográficas	269
14.	ALIJAMENTO POLÍTICO DO PRESO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	271
	FÁBIO ROCHA DE OLIVEIRA	
	Introdução	271

1.	O tratamento jurídico brasileiro quanto aos direitos políticos do preso....	274
2.	Democracia indireta: representatividade e crise do modelo atual	279
3.	Exclusão política e sistemas totalitários.....	283
	Conclusão.....	284
	Referências bibliográficas	286
15.	SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: A OFENSA AO PRINCÍPIO DA EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DA MENTALIDADE INQUISITÓRIA DOS JUÍZES.....	289
	LÍVIA MARIA ALVES TEIXEIRA LIMA	
	Introdução	289
1.	Legislação penal da infância e juventude no Brasil: breve histórico	290
1.1.	A aprovação da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	292
1.2.	Lei nº 12.594/12 – a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	293
2.	Levantamentos sobre o sistema socioeducativo brasileiro – breve análise ...	294
3.	HC 143.988: estado de coisas inconstitucional do sistema socioeducativo e adoção do princípio do <i>numerus clausus</i>	295
4.	O princípio da excepcionalidade da medida de internação	297
5.	Sistema acusatório e a mentalidade inquisitória no processo penal juvenil brasileiro.....	299
6.	Algumas jurisprudências que retratam a mentalidade inquisitória dos atores processuais.....	304
	Conclusão.....	307
	Referências bibliográficas	309
16.	UMA AVALIAÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS RECLUSOS DO REGIME SEMIABERTO EM SANTA CATARINA A PARTIR DA (RE) INVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE JOAQUÍN HERRERA FLORES.....	311
	FELIPE ALVES GOULART, FELIPE DE ARAUJO CHERSONI e JACKSON DA SILVA LEAL	
	Introdução	312
1.	A teoria crítica dos direitos humanos e a superação da procura de um consenso.....	313
2.	A burocratização e desumanização da justiça penal: a política da dor e do sofrimento	318
3.	Uma política criminal redutora de danos e sofrimento como alternativa de libertação do encarceramento em massa	323

Conclusão	328
Referências bibliográficas	328
17. A PERENIDADE DO “BRAÇO SECULAR”: CONSIDERAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE A INQUISIÇÃO PENAL, PASSADO E PRESENTE	331
FERNANDO NOGUEIRA MARTINS JÚNIOR	
Introdução	331
1. Uma primeira pontuação histórica	332
2. O caráter autoritário do procedimento formal – tanto o penal contemporâneo quanto o inquisitorial	334
3. A definição de heresia	335
4. O herege negativo	336
5. O caráter de penitência da pena privativa de liberdade	338
6. Como reconhecer um “benfeitor dos hereges”: o particular, que se manifesta contra o veredicto do inquisidor condenando outrem, também é um criminoso	339
7. Os relapsos: a longa data do instituto da reincidência	340
8. A indulgência inquisitorial: primórdios da delação premiada	342
9. Excurso – Pequena nota criminológica: o fundamento de permissão do delito herético no <i>Malleus Maleficarum</i>	343
Considerações finais	345
Referências	345